

| 100 | AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHO INCERTO À RETERRITORIALIDADE

Marcleiton Ribeiro Morais, Joao Rafael Rocha Dallabrida

Resumo

Continuamente o processo de “modernização” do mundo rural tem fomentado inúmeras remodelações ao campo brasileiro, sobretudo à agricultura familiar. Não obstante, surgem algumas iniciativas públicas, quase sempre induzidas por interesses privados, propondo a profissionalização de pequenos agricultores a fim de torná-los habilitados para produzir e efetuar trocas via mercado e para o mercado. Esses interesses são simultâneos aos do capital produtivo e cumulativo de demarcar fatias de mercado, cada vez maiores, em distintas regiões do planeta para que este possa se reproduzir. Contudo, a imposição dos interesses do capital contrapõe ao interesse e costumes produtivos dos pequenos agricultores, que dificilmente se adaptarão a esse novo modelo produtivo.

Palavras-chave: Agricultura familiar, políticas públicas; Neoprodutivismo.

1. INTRODUÇÃO

A expansão da monocultura destinada à exportação é um estigma do dito “desenvolvimento da agricultura” no Brasil e no mundo. Decorrente da inserção do capital produtivo no contexto agropecuário, a expansão das fronteiras agrícolas produziu disparidades frementes ao ambiente rural, sobretudo a desarticulação da chamada agricultura familiar. De um lado, grande sucesso comercial das culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão-de-obra (ROMEIRO, 1998). A degradação da natureza e a ociosidade da força de trabalho são recorrentes na geração de desequilíbrios climáticos e urbanos, nessa ordem. Acrescenta-se a isso uma dose de escassez de alimento e tem-se a composição “perfeita” para as piores mazelas e conflitos sociais.

Torna-se maçante dizer que o êxodo rural decorrente desse processo induziu o inchaço dos grandes centros urbanos, ao mesmo tempo em que afastava o agricultor de seu território. Território este responsável por produção de alimentos necessária à subsistência do homem do campo assim como do homem urbano. Esse era o cenário antes da intromissão do capital produtivo e acumulativo.

Certamente a busca da produtividade necessária a atender o interesse consumista do atual sistema econômico, é que tem provocado tais disparidades. Principalmente porque a produtividade dos empreendimentos agroindustriais supera em grande montante o rendimento dos empreendimentos familiares. De modo que, para ser competitivo e

sobreviver, é preciso adotar pacote tecnológico que exige elevados investimentos, bem como possuir uma área mínima relativamente grande ou ocupar um nicho de mercado (BUAINAIN *et al* 2003).

A resultante desse processo é quase óbvia, forte migração de pequenos produtores para áreas urbanas e uma intensa desapropriação da cultura produtiva que outrora vigorava. Houve uma expropriação involuntária desses camponeses que passaram, a partir desse momento, ocupar novos espaços. Todavia, a falta de atributos compatíveis com o novo espaço de atuação, sobretudo o urbano, estes acabaram por ficar à margem do processo de consumo, logo depois de serem excluídos do produtivo.

Mais recentemente tem-se debatido a volta do homem do campo ao ambiente rural como forma de reduzir conflitos urbanos assim como para fomentar a produção de alimentos que é insuficiente. BUAINAIN *et al* (2003) coloca como condição necessária para eliminação da pobreza e de suporte essencial a um processo de redistribuição de renda, um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar. Nesse sentido torna-se trivial levantar a seguinte questão: Quão salutar é o modelo de desenvolvimento rural brasileiro, em especial os programas para a agricultura familiar, ao propor um retorno do homem do campo ao campo, para “produzir para outros aquilo de que não tem necessidade ou que não tem os meios de utilizar” (SANTOS, 2003)? Este artigo propõe-se a discutir as modificações ocorridas no contexto rural brasileiro e as políticas destinadas a esse setor, em especial o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o intuito de contribuir com a discussão e prerrogativas que permeiam o novo contorno do rural no Brasil.

2. UMA NOVA AGRICULTURA PARA UM NOVO AGRICULTOR

É consenso que o pós-segunda guerra mundial marcou mudança de paradigma para a sociedade em geral, sobretudo os contextos associados à possibilidade de desenvolvimento econômico. Entrou em curso um período em que o padrão civilizatório dominante¹, impulsionado justamente pela idéia de “desenvolvimento”, forneceu subsídio para a implantação de um sistema que concentra e acentua as diferenças socioeconômicas dos países.

Nesse ínterim, as nações desenvolvidas reduziram gradualmente a parte da população envolvida no ambiente rural, enquanto que na maioria dos demais países essa parcela ainda significava grande proporção. Além disso, a agricultura tinha papel importante nas economias e concentrava sua produção baseada na subsistência. Logo após um longo

¹ Discutido por NAVARRO (2001).

período de dominação estatal, e antecedido por uma lenta acumulação de inovações anteriores, constituiu-se uma nova e acabada “compreensão de agricultura” que gradualmente se tornou hegemônica em todo o mundo (NAVARRO, 2001).

A intromissão de capital transnacional como meio planejado de “desenvolver” as economias subdesenvolvidas tem fomentado o fracasso das mesmas, inclusive da agricultura familiar, sobretudo a camponesa voltada para a subsistência. Esse é, certamente, um modelo de produção aprimorado para efetivação do capital no ambiente produtivo.

No meio Científico tal modelo é conhecido como “o modelo euro-americano de modernização agrícola”, que segundo BONNY *apud* DUFUMIER & COUTO (2003), enquanto sistema de produção difundiu, em termos mundiais, a chamada “revolução verde”. Que nada mais é do que “o passaporte de ingresso do capital produtivo no mundo rural dos países subdesenvolvidos”. Após um longo período libertando-se da dominação estatal, ter-se-ia agora que libertar-se da dominação do capital. NAVARRO (2001) descreve que este processo intitulado como revolução, teve forte característica tecnológica, fazendo com que houvesse o processo de produção rural ficasse subjugado a novos interesses, este coincidiu com o fortalecimento do capitalismo no auge (1950-1975), caracterizando ponto crucial das transformações.

As características desse modelo de produção advêm de técnicas desenvolvidas a fim de estabelecer padrões quanto à dimensão e qualidade de produtos e serviços. Surgido nos Estados Unidos, no século XIX, ele foi intensificado após a segunda guerra mundial. Quando vários sistemas de produção foram completamente modificados, sobretudo os sistemas que optavam pela diversificação.

Alguns aspectos característicos desse processo são expostos por DUFUMIER & COUTO (2003), a utilização do novo material genético melhorado e ainda mais padronizado, motorização e mecanização, para o cultivo de produções de maturação homogênea. Em consequência disso, acentuada reordenação espacial foram imposta ao ambiente de produção rural, campos regulares, supressão de cercas, declives e depressões e quimificação. Além disso, haja vista a capacidade de aumento dos rendimentos físicos da terra e redução gradativa dos custos unitários, impôs-se padronização à produção em detrimento da produção diversificada.

Os produtores passaram a negociar seus produtos no mercado, onde também encontravam sementes melhoradas e compostos químicos para o melhoramento do solo. Conseqüentemente, tornaram-se dependentes do mercado e do meio industrial, que estrategicamente estabelece sucessivos parâmetros para o setor. Além disso, a agricultura,

que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, se integrou no restante da economia a ponto de não poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (SILVA, 1997).

Esse processo estabelece-se por meio de alguns mecanismos, como dispõe DUFUMIER & COUTO (2003):

- Primeiro, quanto às razões técnicas que o agricultor passa a encontrar no mercado, sementes produzidas no contexto de um permanente processo inovador, e, com motorização, aumentam as parcelas de terra exploradas na propriedade;
- Segundo, motivados por razões econômicas como redução dos custos de produção e rentabilidade;
- Terceiro, a assistência técnica das instituições agrícolas priorizam e repassam apenas conhecimento associado ao modo produtivista;
- Em quarto, a necessidade de integração junto às processadoras que estabelecem regras a serem seguidas para uma produção padronizada e eficiente;
- Institucionalmente são estabelecidas medidas para proteger consumidores de intoxicação alimentar;
- Outra forma é imposta pela necessidade de padronização dos produtos como condição necessária para comercialização em mercados internacionais;
- Por fim, esses mecanismos de indução atuam até mesmo com preceitos ideológicos, já que exige que todos os agricultores produzam com as mesmas técnicas como modelo de desenvolvimento em detrimento dos “atrasados”, como são chamados os produtores que não aderem ao processo.

Definitivamente, não se pode mais confundir ou interpretar como sinônimos o espaço rural e as atividades produtivas ali desempenhadas (SHNEIDER, 2003).

O intuito não é renegar as inovações impostas à agricultura, sobretudo a melhoria dos rendimentos físicos da terra, além do mais, os ganhos de produtividade do trabalho. Contrapõe-se ao paradoxo que esse modelo desconhece, exploração e superexploração de mão-de-obra cada vez mais temporária, o aumento do desemprego, do subocupação (DUFUMIER & COUTO, 2003), e, em decorrência disso, o êxodo rural cada vez mais intenso.

Acrescenta-se a isso, a problemática ambiental que é, talvez, uma das únicas resistências encontrada por esse modo de produção, visto que em longo prazo sua base produtiva estaria comprometida. A ineficiência poderá vir à tona à medida que a capacidade

de rendimentos físicos da terra começar a decrescer. Todavia, é evidente que, para esta nova agricultura, é trivial considerar as conseqüências dos impactos ambientais decorrentes de práticas agrícolas, já que estas estão diretamente ligadas ao nível de rentabilidade, mesmo que, quase sempre, “maquiados” a partir do uso de componentes químicos.

Ao problema agrário nos termos aí propostos, propõe-se uma estratégia explícita de reforma agrária que contém duas vertentes principais, para atacar simultaneamente as variadas relações de trabalho injustas e também às iniquidades da estrutura agrária (DELGADO, 2001). Já que, aos moldes atuais, cada vez mais a agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos em proprietário de terra, latifundiários (OLIVEIRA, 2001).

Verifica-se o monopólio da terra pelo capitalista, expulsando e/ou subordinando o camponês aos interesses do capital. Trata-se da territorialização das relações capitalistas de produção no campo (SANTOS, 2007). Essa também é a resultante no caso do Brasil, concentração fundiária e de renda caracterizam o campo.

A tecnificação, oriunda das demandas capitalistas, e os (des)interesses do Estado definem a situação de desigualdade, em detrimento de condições dignas de sobrevivência da grande maioria da população camponesa (FERNANDES *apud* SANTOS, 2007). Qualquer caracterização do cenário recente não pode deixar de reconhecer que o quadro atual é profundamente marcado por um processo de ampliação da interdependência nas relações sociais e econômicas em escala internacional (SHNEIDER, 2004).

3. A DESTERRITORIALIZAÇÃO RURAL NO BRASIL

Fica evidente que esse modelo neoprodutivista contrapõe radicalmente ao modo de produção familiar, em especial quanto à diversificação e autonomia. Com a imposição de novas técnicas, às quais modificaram o modo produtivo baseado a experiência dos familiares, e a necessidade de rendimentos cada vez maiores, a agricultura familiar entrou em forte declínio comparado à produção patronal. Logo viu-se deterioração da produção voltada para o autoconsumo assim como forte migração de camponeses para outros espaços territoriais. Mais de 10 anos de abertura comercial da economia significaram perda de renda para a agricultura nacional e não contribuiu na superação da fome e da insuficiência alimentar no país (DESER, 2002).

Outras conseqüências são igualmente dispostas: significativa transferência de renda do campo para as cidades, através do achatamento dos preços agrícolas decorrentes da

atuação das multinacionais do setor, definindo preços conforme seus interesses, e transferência para a indústria de insumos dado o grau de dependência imposto por estas empresas; concorrência desleal dos produtos brasileiros com produtos de outros países, muitos deles com políticas de fortes subsídios que impõe preços menores; desestruturação de várias cadeias produtivas e empreendimentos nacionais, muitos dos quais falidos ou incorporados por grandes indústrias estrangeiras; intensa concentração de capital industrial e varejista em favor de dessas empresas; no âmbito tecnológico, houve desmantelamento e aumento da dependência do país de modelos tecnológicos produzidos nos laboratórios sediados nos países desenvolvidos, onde as necessidades e realidade da agricultura são diversas da brasileira, sendo incompatível com a agricultura familiar; proliferação de políticas públicas inapropriadas ao contexto rural do país, em especial as políticas de garantia de renda, controle de preços, estoques reguladores, abastecimento e políticas de assistência técnica e crédito; contínua deterioração dos termos de troca; descapitalização para a agricultura familiar; deterioração da infra-estrutura das propriedades; aumento das disparidades entre agricultores familiares e patronais quanto à disposição de terras; são algumas resultantes do, dito, “processo inovador da agricultura”.

4. ESTIGMAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar compreende um modelo de organização da produção agropecuária onde predomina a interação entre a gestão e o trabalho, a direção do processo produtivo pelo agricultor e sua família, a ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado (MAA *apud* PEREIRA, 2004)

Um dos primeiros obstáculos posto para efetiva implantação da agricultura familiar no Brasil decorre do seu dissenso conceitual. Existem inúmeras e dispares definições que buscam categorizar o termo. Segundo PEREIRA (2004), os agricultores familiares já foram chamados de pequenos produtores, colonos, camponeses, entre tantas outras definições. MARTINS *apud* ALTAFIN (2007) lembra que, no contexto de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, o homem rural é conhecido como roceiro e caipira. No nordeste, denomina-se tabaréu. Em diferentes regiões do País encontra-se o caboclo.

Essa discórdia permeia até mesmo o ambiente das instituições responsáveis pelo assunto no país e, por que não, no mundo. Enquanto para o Ministério da Agricultura, abastecimento e pecuária é considerado agricultor familiar aquele o qual possui no máximo dois empregados, para a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais – CONTAG entra

nessa categoria todos os agricultores que trabalham em menos de quatro módulos fiscais e que não contratam mão-de-obra permanente. Já para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a agricultura familiar é definida a partir de três características centrais. Primeiro, a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. E ainda, a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família. Em terceiro, a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996).

Seguindo essa linha, considerando aspectos operacionais, BAIARDI *apud* ALTAFIN (2007) propõe classificá-la em cinco categorias:

- *Tipo A*: tecnificado, com forte inserção mercantil. É predominante na região de cerrado, geralmente ligado à produção de grãos;
- *Tipo B*: integrado verticalmente em Complexos Agroindustriais – aves e suínos, por exemplo – e mais recentemente em perímetros irrigados voltados à produção de frutas;
- *Tipo C*: agricultura familiar tipicamente colonial – Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais – ligados à policultura combinando lavouras, pomares com a pecuária e a criação de pequenos animais;
- *Tipo D*: agricultura familiar semimercantil – predominante no Nordeste e no Sudeste;
- *Tipo E*: de origem semelhante ao tipo D, porém caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes.

De acordo com ABRAMOVAY & VEIGA (1999), o conceito proposto na operacionalização do PRONAF parece ser muito mais o resultado de uma negociação política do que uma definição precisa e minimamente lógica.

No ambiente acadêmico esse discurso se torna mais analítico. Como descreve WANDERLEY *apud* PEREIRA (2004), a agricultura familiar é entendida como aquela que a família, ao mesmo tempo que proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo e o caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo.

A despeito dessa importância dada ao termo familiar, ABRAMOVAY *apud* ALTAFIN (2007) afirma que a própria racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve. Todavia o

termo agricultura familiar corrobora para o sentido que este produz no contexto social, já que de nada adiantaria proposições para implantação de uma agricultura “gestada a partir dos interesses e das iniciativas do capital produtivo”.

A partir da distinção conceitual surgem diversas correntes de pensamentos. Uma delas é a que defende uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais (ABRAMOVAY *apud* ALTAFIN, 2007). Em que de nada adiantaria para ambientes em que predominam agricultores camponeses acostumados com uma agricultura desprovida de concorrência, como ocorre nesse tipo de situação.

Outra vertente é definida por este mesmo autor. Esta, por sua vez, defende que as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Nesse sentido, SABOURIN (2007) escreve que as discussões perpassam duas perspectivas, um argumenta pela valorização do agricultor familiar inovador e possível empresário, e o outro pelo desenvolvimento do comércio exterior e da globalização, modernização dos produtos. A última excluiria a produção camponesa, pois considera que tal esta ultrapassada, pois não é produtivista, aproximando esta teoria das teorias neoclássicas.

É verdade que, seja a partir de uma reflexão pragmática que se baseia numa análise sintética, ou a partir de um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, a efetiva implantação de uma agricultura familiar que reterritorialize o homem rural sobrepõe essas nuances.

5. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O histórico processo de ocupação do Brasil caracterizou fortemente o cenário agrícola atual. A concentração fundiária exerce até os dias de hoje forte pressão sobre os centros urbanos. Alternativamente, a agricultura familiar, enquanto meio para e rearticulação e estruturação rural, com efeito, no meio urbano, quase sempre ficou em segundo plano na pauta das políticas públicas do país. Como escreve BUAINAIN *et al* (2003) o agregado de políticas governamentais vieram a fomentar o êxodo rural, resultando em uma dificuldade de desenvolvimento daquele setor, em prol dos grandes nichos de produção nas cidades urbanas.

Durante as décadas de 70 e 80 a agricultura brasileira foi condicionada por modificações ocorridas nos ambientes capitalistas externos. É nesse período que entra em

curso o processo de “modernização” baseada na mecanização, o uso de variedades selecionadas de sementes e de insumos industrializados. Todavia, essas mutações exigiram elevados investimentos associados à concentração de terras em grandes complexos agroindustriais, de modo que, além de acentuar a questão agrária brasileira, houve expressiva penetração do capital industrial no contexto da agricultura. Esse movimento de concentração da produção agropecuária em um número cada vez menor de estabelecimentos cada vez maiores era considerado parte de uma tendência “natural” (BUAINAIN *et al*, 2003).

De acordo com esse mesmo autor, a década seguinte foi marcada por uma redução do emprego rural contrapondo com aumento do emprego não-agrícola. Estava, portanto, estabelecido um cenário perfeito para se rediscutir a importância da criação de emprego não-agrícola como “estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda (SILVA apud BUAINAIN *et al*, 2003)”. Se bem que, esse discurso é oposto ao que justifica tal comportamento rural como sendo um fenômeno natural decorrente da aproximação dos atributos da agricultura brasileira da agricultura de países capitalistas desenvolvidos.

De fato, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural brasileiro que surgiram a partir dessa ideologia buscam incessantemente o “mito do desenvolvimento de uma nova agricultura”. Mesmo que as evidências incorrem em sentido contrário, mostrando, na vida real, que há uma interiorização de políticas públicas desapropriadas ao homem do campo.

Portanto, esse contexto analítico resulta numa única conclusiva, quase sempre, as políticas rurais brasileiras andaram na contramão das necessidades do campo, pois além de priorizarem a agricultura patronal em detrimento da agricultura familiar, conseguiram o “fascínio” de expelir, mais e mais, a população rural para as grandes e médias cidades.

Em decorrência disso, o êxodo rural prevaleceu chegando a atingir na metade da década de 90, 5,6 milhões de indivíduos (ABROMOVAY, 1999). Esse mesmo autor afirma que se mantida essas taxas de crescimento, até o final da década ter-se-ia migrado cerca de 29,3% da população residente no início do período.

Essa constância nacional reafirma-se a partir da análise das estimativas dos censos agropecuários. Os dados referentes a 1992, divulgados pelo INCRA, mostravam que havia no Brasil 3.114.898 imóveis rurais e, entre eles, 43,956 (2,4%) com área acima de mil hectares, ocupando 165.756.665 hectares. Enquanto isso, outros 2.628.819 imóveis (84,4%), com área inferior a 100 hectares (EVANGELISTA, 2000). Ainda de acordo com esse autor, os

estabelecimentos agropecuários com área de até 100 hectares cresceram de 1940 (1.929.995) até 1985 (5.252.265), porém conheceram uma redução no censo de 1995/96 (4.318.861). Esses estabelecimentos rurais ocupam uma área de 353,6 milhões de hectares. Desse total de estabelecimentos, subsistem cerca de 4.139.369 que são considerados como familiares, representando 85,2% do total, mas que só dispõem 30,5% das áreas ocupadas, enquanto que a patronal ostenta 67,9% e representa somente uma proporção de 11,4% estabelecimentos.

A má distribuição da propriedade da terra é o traço mais marcante e, ao mesmo tempo, a principal distorção da estruturação fundiária no Brasil (BUAINAIN *et al*, 2003).

A participação da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção (VBP) é de R\$18.117.725, ou seja, 37,9%. Já os estabelecimentos patronais representam 61% do valor total. Estabelecendo-se uma proporção entre VBP e áreas ocupadas por agricultores familiares e patronais, conclui-se que a utilização das terras pela agricultura familiar é mais eficiente em 38,48% quanto à distribuição de renda comparado com a agricultura patronal. Quanto à Renda Total (RT) agropecuária, a agricultura familiar responde por 50,9% do total de 22 bilhões.

Portanto, é evidente a importância desse setor agropecuário para a produção de distribuição de riqueza de um país. BUAINAIN *et al* (2003) argumenta que os agricultores familiares são mais eficientes na utilização dos recursos do que os produtores não-familiares, e defende isso com o argumento de que os primeiros empregam e produzem mais do que os outros.

6. PROGRAMA NEOPRODUTIVISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR - "PRONAF"

DENARDI (2001) fala que as políticas públicas destinadas a agricultura família foram basicamente as políticas agrícolas, dado que as agrárias tenderam a não existir. A propósito, o dito "mundo rural brasileiro" quase sempre não obteve real atenção das políticas públicas, houve de fato, ao longo de todo esse tempo, muito discurso e pouca prática.

Esse fato germinou inúmeras mobilizações de organismos não governamentais e sindicatos pelo Brasil "a fora", as quais assumiram, muitas das vezes, formas radicais e violentas. Como escreve OLIVEIRA (2001), a história que marca a *Longa Marcha* do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social.

Em 1996, após total reformulação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) instituído em 1994 pelo então presidente Itamar Franco e a

criação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - PRONAF (nesse sentido ver MATTEL, 2001), surge um princípio de deslocamento do discurso rumo à prática. Alguns críticos da área concernem o PRONAF como sendo a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar ALFAFIN (2007).

No manual operacional do PRONAF define-se como objetivo geral do programa, propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Para tanto, dever-se-ia incorrer em alguns objetivos específicos, tais como: *i*) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; *ii*) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; *iii*) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; *iv*) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

O PRONAF - Investimento dispõe como objetivo financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entende-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com o turismo rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

O programa estabelece classificação para os agricultores familiares a partir da renda familiar originária da atividade agropecuária, renda máxima, quantidade de módulos fiscais, *status* de exploração da terra, utilização de mão-de-obra e por fim, residir ou não no imóvel. Quando a operacionalidade, este se divide em Crédito Rural para custeio e investimento, Infra-estrutura e Serviços Municipais e Capacitação.

Criado para atender as necessidades relacionadas a alto custo e escassez de crédito da agricultura, especialmente dos agricultores familiares, o estágio atual do programa mostra que “os créditos do PRONAF nunca foram tão importantes desde a sua criação (SABOURIN, 2007)”. Todavia,

[...] tal assertiva prende-se muito mais ao caráter desta mudança e dos objetivos implicados, do que propriamente no volume de recursos efetivamente disponibilizados para apoiar este setor, haja vista o fato da agricultura patronal concentrar nada menos que 76% do crédito atualmente disponibilizado para financiar a agricultura nacional. Sua aparição responde ao impacto de dois grandes vetores: de um lado, pela pressão dos movimentos sociais em favor de transformações estruturais e da democratização das políticas públicas, e, de outro, pelo indiscutível reconhecimento do seu status científico enquanto categoria analítica por parte da intelectualidade brasileira. Entretanto, embora admitidos como

válidos estes pressupostos, não cabe dúvida que entre o discurso em torno à defesa dos atributos desta forma social de produção e dos instrumentos mais adequados para potencializá-la, há uma distância considerável. As dificuldades são inúmeras, não só no modo de fomentar este amplo e diversificado setor da agricultura brasileira, quanto na eleição do público alvo a ser beneficiado. A final de contas, a quem majoritariamente cabe apoiar? Agricultores familiares plenamente inseridos nos mercados, dotando-os de recursos de sustentação e alavancagem econômica? Os que se encontram em vias de transição ou os já consolidados? Há espaço para políticas de sustentação de renda para os setores mais frágeis no plano das políticas agrícolas? Quanto de recursos estamos dispostos a oferecer para este grupo (ANJOS et al, pag 530 e 531, 2004).

O inquestionável aumento quantitativo no acesso ao crédito, no entanto, não apresentou ainda nenhum grande avanço em termos qualitativos (DENARDI, 2001). Haja vista que os recursos do PRONAF atendem o custeio de tecnologias convencionais para produtores tradicionais.

7. BREVE ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DO “PRONAF”

Conforme descrito acima, o PRONAF é um programa governamental destinado a agricultura familiar. Porém, com o processo de modernização da agricultura no decorrer dos anos, a agricultura familiar passou a interagir com o mercado agrícola de forma que dificulta-se sua distinção.

Deste modo, o PRONAF vem satisfazendo o mercado agrícola através do financiamento, principalmente, dos ramos agrícolas destinados a exportação ou a produção latifundiária.

Através da Tabela 1, nota-se que de toda a produção vegetal, 60% é atribuída a produção da agricultura não familiar, sendo que das principais produções nacional, que são soja, café arábico e milho, são atribuídas aquele mesmo grupo os percentuais de, respectivamente 84,3%, 65,8% e 54,1.

Tabela 01. Distribuição da Quantidade produzida por tipo de produção segundo tipo de agricultura para o ano de 2006

Tipo de Produção/Produto	Agricultura Familiar	Agricultura não-familiar
Produção Vegetal	40	60
Arroz em Casca	33,9	66,1
Feijão Preto	76,8	23,2
Feijão de Cor	53,9	46,1
Feijão Fradinho	83,8	16,2
Mandioca	86,7	13,3
Milho em Grão	45,9	54,1

Soja	15,7	84,3
Trigo	21,2	78,8
Café arábico em grão (verde)	34,2	65,8
Café canephora em grão (verde)	55	45

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário. Elaboração: Adaptado pelos Autores com base nos dados do DIEESE.

Através da Tabela 02, pode-se perceber que o financiamento do PRONAF está destinado a produção agroindústria. Tal perspectiva é notada com a verificação dos valores destinados aos itens de produção Soja, Café, Cana-de-açúcar, algodão, Fumo e milho, que representam mais de 31% do valor total financiado pelo programa à lavoura, isto para o ano de 2006. Proporção que teve aumento de 7% para o ano de 2010, atingindo aproximadamente 38% do valor financiado. Ainda percebe-se que trigo foi o que obteve o maior aumento nos valores de financiamento, sendo de mais de 200% em relação ao período, seguido por Café (aproximadamente 89%) e Soja (67%). Ainda, apresenta-se os valores destinados ao investimento agrícola, assim de tal investimento, mais de 34% são destinados para a aquisição de Maquinas e Equipamentos e apenas, aproximadamente, 4% destinados a investimento em animais de serviços.

Tabela 02. Financiamento Rural Concedido pelo PRONAF

Finalidade/Modalidade	Valor Financiado	
	2006	2010
Custeio Agrícola	2.997.630.651,56	4.288.163.071,29
Beneficiamento ou Industrialização	310.744,62	69.558,20
Extrativismo Espécies Nativas	106.246,89	8.812.090,73
Lavoura	2.919.900.517,87	4.111.977.203,32
Algodão	8.060.837,40	1.053.527,66

Arroz	128.238.530,01	156.727.813,44
Batata	27.074.568,48	30.014.829,31
Café	323.739.728,36	613.726.165,42
Cana-de-Açúcar	28.942.897,73	43.920.666,19
Feijão	104.195.542,11	98.299.256,95
Fumo	2.710.463,70	2.286.933,43
Outras Lavouras	403.705.186,19	659.942.558,21
Soja	540.975.696,78	906.569.202,21
Trigo	42.707.321,57	191.492.253,88
Outras Aplicações	77.313.142,18	167.304.219,04
Investimento Agrícola	1.158.963.975,39	2.760.134.371,77
Animais de serviço	45.503.296,49	59.006.607,78
Formação Culturas Perenes	203.316.974,53	258.173.828,33
Maquinas e Equipamentos	405.174.886,61	1.521.030.152,56
Melhor. Explorações	322.605.358,87	334.490.204,17
Outras Aplicações	147.573.127,69	264.015.496,63
Veículos	34.790.331,20	323.418.082,30

Fonte: Elaborado pelos Autores com Base nos dados do BACEN.

Para complementar esta perspectiva, a Tabela 03 apresenta os valores de exportações para os principais produtos agrícolas destinados a tal fim, e percebe-se que os mesmo têm incentivos consideráveis concedidos pelo PRONAF.

Tabela 03. Balança Comercial do Agronegócio

Exportações do Agronegócio	2009*	2010*
Complexo da Soja	388	589
Complexo Sucroalcooleiro	996	1169
Café	411	693
Fumo e Seus Produtos	153	97
Milho	214	427
Algodão	92	66

Fonte: Adaptado da tabela 64 elaborada pelo AgroStat Brasil a partir dos dados da SECEX / MDIC.

Nota-se, portanto, o caráter contraditório de uma política que aposta no desenvolvimento local e em potencializar atividades diversificadas (via industrialização, turismo, lazer, etc), mas, paradoxalmente, insiste na ênfase à profissionalização e apoio ao verdadeiro agricultor (CARNEIRO *apud* ANJOS *et al*, 2004). O próprio Dernardi chama a atenção para o caráter dos financiamentos efetuados na região sul do país. Segundo ele quase só milho, soja, fumo e, para alguns municípios, feijão, ou seja, monoculturas destinadas à exportação, recebem recursos. Além de não haver interesse de modificar o

sistemas de produção, para reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural. E ainda, a maioria dos bancos não estão dispostos a financiar sistemas diversificados e sustentáveis, ou produtores orgânicos e diferenciados.

Têm-se, dessa forma, uma versão disfarçada do interesse produtivista incorporado em políticas públicas a fim de enraizar-se no ambiente rural.

GUANZIROLI (2007) alerta para constante avaliação que deve-se fazer a este programa por se tratar de uma política pública que envolve altos custos e subsídios.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descaracterização da agricultura familiar frente às investidas do neoprodutivismo é singularmente um resultado da abertura comercial das diversas economias, ocorrido no pós-guerra. Efetivou-se inúmeras inconformidades à produtores camponeses e culturas produtivas diversificadas em diversas partes do planeta, inclusive no Brasil.

Esse movimento representou a desterritorialização do homem do campo, de modo que este viu-se obrigado a ocupar outros espaços, inclusive o urbano. Contudo, os modos constituídos a partir da vivência no rural não lhes condicionaram oportunidades significativas no novo ambiente de atuação. Desse modo, este foi, conscientemente, marginalizado do processo produtivo e, em seguida, do consumo. Isso se deve em grande parte à relativa tendenciosidade, ou ao menos imparcialidade, dos governos locais em confrontar com esse medidas econômicas.

No Brasil, as políticas públicas para a agricultura familiar, sobretudo as do PRONAF, apesar de fomentarem volumes cada vez maiores de crédito para este setor agrícola, deixa a desejar quando se trata da qualidade dos investimentos. Na maioria das vezes os recursos são canalizados para atender monoculturas voltadas para o mercado externo. Esse tipo de produção é moldada no neoprodutivismo, o qual, por sua vez, é sustentado o capital produtivo e cumulativo. Este último se articula de várias formas. para se intabelecer e reproduzir-se, inclusive através de políticas públicas.

Desse modo, pouco poder-se-á avançar nos quesitos agricultura familiar, na diversificação da produção agrícola, na produção orgânica, entre outros, enquanto dependente de políticas inóspitas e que são aplicáveis a outros contextos, que não o brasileiro. Cada vez mais acentuará as disparidades entre a produção da agricultura familiar propriamente dita e a produção patronal.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, j. Eli da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Texto para discussão nº 641, convênio FIPE/IPEA-07/97. Brasília, abr 1999.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brochura de circulação restrita, 2007.

ANJOS, F. Sacco dos; GODOY, Wilson I.; CALDAS, Nádia V.; GOMES, Mário Conill. **Agricultura Familiar e Políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul**. RER, Rio de Janeiro, vol. 42, nº 3, p. 529-548, jul/set, 2004.

BACEN. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Estatística e Dados Básicos da Economia**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/vegetal/Estatistica/Estat%20C3%ADticas%20e%20Dados%20B%20C3%A1sicos%20de%20Economia%20Agr%20C3%20ADcola/Pasta%20Janeiro-2012.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

BUAINAIN, Antônio M.; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5. nº 10, jul/dez p. 312-347, jul/dez 2003.

DENARDI, Antonio Reni. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecol. E Desenv.Rur.Sustent., Porto Alegre, vol. 2, nº 3, jul/set, 2001.

DELGADO, Guilherme C. **Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra: um estudo da reflexão agrária**. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

DESER/FRENTE SUL DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Um Novo Mundo é Possível, uma Nova Agricultura é Possível**. V Encontro da Agricultura Familiar Chapecó. Oficina: agricultura familiar, ALCA e OMC. Curitiba, jul 2002.

DIEESE. **Estatísticas do Meio**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anu/anuarioRural/anuarioRural10-11.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

DUFUMIER, Marc. **Neoprodutivismo**. Caderno CRH, Salvador, nº 28, p. 81-112, jan/jun. 1998.

EVANGELISTA, F. R. **A Agricultura Familiar no Brasil e no Nordeste**. Banco do Nordeste do Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Equipe de estudos de sistemas agroindustriais e de turismo. Dez 2000.

FAO/INCRA. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estístico**. Projeto UTF/BRA/036. Publicado em Agosto 1996. Brasília.

FERNANDES, Bernardo M. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, vol. 3, p. 11-27, jan/jun 2003.

GUANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 3011-328, abr/jun 2007.

MATTEI, Lauro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados**. Texto apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, realizado em Belém – PA, mar 2001.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos avançados 15 (43), 2001.

OLIVEIRA, A. Umbelino de. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

PEREIRA, Elvio Quirino. **Assistência Técnica e Extensão Rural ou Assessoria Técnica e Social? Visões opostas do apoio à agricultura familiar**. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, mar 2004. 211 p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações Na Agricultura**. 1. ed. São Paulo/SP: FAPESP - ANNABLUME, 1998. 277 p.

SABOURIN, Eric. Que Política Pública para a Agricultura Familiar no Segundo Governo Lula? **Revista Sociedade e Estado**. Brasília. vol. 22, nº 3, p. 715-751. set/dez. 2007.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. Tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003 (Coleção Milton Santos; 3)

SANTOS, Regis R. dos. A Territorialização do Capital e as Relações Camponesas de Produção. **Campo-Terrítório: Revista de Geografia Agrária**. Vol. 2, nº 3, p. 40-54, fev, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciência Social**. RBCS vol. 18, nº. 51, fevereiro de 2003.

_____. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SILVA, J. Graziano; O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova economia**, Belo Horizonte. 7(1), p. 43-81, maio de 1997.